

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 11

A CRÍTICA - ON LINE - MS - NOTÍCIAS
ANFIP

Soraya Thronicke defende adoção de imposto único no país.....3

DIFUSORA ON - SÃO LUÍS - MA
ANFIP

Soraya Thronicke defende adoção de imposto único no país (Eleições 2022).....4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma criará Código de Defesa dos Contribuintes.....5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sucesso econômico do país depende do meio ambiente.....6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Prévia do PIB mostra atividade mais forte.....7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo vê alta de 2,7% no ano.....10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Reajuste do salário mínimo pode encolher com inflação menor.....11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bilionário doa grife Patagônia e fortuna 'para salvar o clima'.....12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Verba do Farmácia Popular cai a um terço em 5 anos.....14

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Economia e eleições (Artigo).....15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

China fraca ameaça exportações brasileiras - MERCADO S/A.....16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Economistas de candidatos sugerem licença temporária para gastar em 2023.....18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Emendas privilegiam aliados de Bolsonaro antes da eleição, dizem críticos.....21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Juro maior pode devastar os EUA, diz Nobel.....23

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
ECONOMIA

Sem reajuste de verba da União, queixas sobre merenda aumentam.....25

Sexta-Feira, 16 de Setembro de 2022

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Economia beira limite de capacidade28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

A força da economia surpreende - CELSO MING 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Com atividade acelerada, mercado projeta juros altos por mais tempo31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Governo sobe projeção para PIB do ano e baixa estimativa de inflação33

Soraya Thronicke defende adoção de imposto único no país

"Nosso sistema tributário estimula a sonegação. A nossa proposta não aumenta a tributação. Mantém a arrecadação tal como é, mantém a redistribuição dos recursos para estados e municípios, por isso não há celeuma em relação a governadores e prefeitos. Mantemos a tributação, apenas mudamos a forma de arrecadar para que incida sobre 100% da população e quando todos pagam, todos pagam menos", disse.

A candidata participou do Diálogo com os Presidenciais, evento organizado por **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)**, Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco) e Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), em São Paulo-SP.

Segundo Soraya, a medida excluiria o Imposto de Renda, de importação e de exportação.

"A carga tributária pesa sobre o ombro de 70% dos brasileiros e incide sobre o consumo, então não é progressiva. É injusta. A população arca com isso. Seja pobre, seja rico, seja milionário, todo mundo vai pagar. Trinta por cento da população ou sonega ou é da informalidade, ou é da criminalidade e aí tem evasão de divisas, lavagem de dinheiro, uma série de questões", argumentou.

Notícias Relacionadas:

DIGA SALVADOR

Soraya Thronicke defende adoção de imposto único no país

DIGA BAHIA! - BA

Soraya Thronicke defende adoção de imposto único no país

PORTAL POLIARQUIA

Soraya Thronicke defende adoção de imposto único no país

TIM NEWS

Soraya Thronicke defende adoção de imposto único no país

DIÁRIO EM TEMPO REAL - GOIÂNIA - GO

Soraya Thronicke defende adoção de imposto único no país

GIRO GOIÁS ONLINE - APARECIDA DE GOIÂNIA - GO

Soraya Thronicke defende adoção de imposto único no país

Site: <https://www.acritica.net/editorias/politica/soraya-thronicke-defende-adocao-de-imposto-unico-no-pais/621200/>

Soraya Thronicke defende adoção de imposto único no país (Eleições 2022)

Por Agência Brasil

A candidata à Presidência da República pelo União Brasil, Soraya Thronicke, defendeu na quinta-feira (15) a adoção de um imposto único no país. Segundo a candidata, a atual carga tributária brasileira estimula a sonegação de impostos.

"Nosso sistema tributário estimula a sonegação. A nossa proposta não aumenta a tributação. Mantém a arrecadação tal como é, mantém a redistribuição dos recursos para estados e municípios, por isso não há celeuma em relação a governadores e prefeitos. Mantemos a tributação, apenas mudamos a forma de arrecadar para que incida sobre 100% da população e quando todos pagam, todos pagam menos", disse.

A candidata participou do Diálogo com os Presidenciais, evento organizado por Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) e Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), em São Paulo-SP.

"Essa deve ser a discussão central do Brasil", afirmou. "O imposto único federal está maduro o suficiente para passar de uma forma fácil dentro do Congresso Nacional. Primeiro é o respeito ao pacto federativo. Nós iniciaremos com a substituição de 11 tributos federais por um imposto só", acrescentou a candidata.

Segundo Soraya, a medida excluiria o Imposto de Renda, de importação e de exportação.

"A carga tributária pesa sobre o ombro de 70% dos brasileiros e incide sobre o consumo, então não é progressiva. É injusta. A população arca com isso. Seja pobre, seja rico, seja milionário, todo mundo vai pagar. Trinta por cento da população ou sonega ou é da informalidade, ou é da criminalidade e aí tem evasão de divisas, lavagem de dinheiro, uma série de questões", argumentou.

Site: <https://difusoraon.com/2022/09/16/soraya-thronicke-defende-adocao-de-imposto-unico-no-pais/>

Reforma criará Código de Defesa dos Contribuintes

Joice Bacelo Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187331

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187331

Sucesso econômico do país depende do meio ambiente

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ

Sucesso econômico do país depende do meio ambiente

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Prévia do PIB mostra atividade mais forte

rosana hessel

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), conhecido como prévia do Produto Interno Bruto (**PIB**), registrou avanço de 1,17% em julho em relação ao mês anterior, na série dessazonalizada divulgada, ontem, pela autoridade monetária. O índice de julho, de 145,55, foi o melhor resultado desde dezembro de 2014, de 146,22 e ficou 2% acima do patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020.

O resultado veio acima das estimativas do mercado, entre 0,30% e 0,50%. Na comparação com julho de 2021, o indicador avançou 3,87%, e, no acumulado em 12 meses, o crescimento ficou em 2,09%, na série sem ajuste sazonal. A taxa anual ficou acima das atuais projeções do BC para a alta do **PIB** deste ano, de 1,7%, conforme o último Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI), que será atualizado no próximo dia 29.

Apesar dos números positivos do IBC-Br, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) não se empolgou e encerrou o dia no vermelho pelo terceiro pregão seguido, com queda de 0,54%, a 109.953 pontos, acompanhando o mau humor dos mercados internacionais. O dólar voltou a subir e retomou o patamar de R\$ 5,25, com alta de 1,18% sobre a véspera.

Surpresa

Analistas reconhecem que os indicadores econômicos estão surpreendendo, especialmente o do setor de serviços - o último a se recuperar da pandemia -, que tem registrado ritmo mais forte do que o esperado. Além disso, os efeitos dos estímulos adotados pelo governo Jair Bolsonaro (PL) em pleno ano eleitoral estão turbinando o **PIB** acima das projeções.

"É preciso reconhecer que o **PIB** está mais forte do que imaginávamos e que o crescimento, neste ano, vem se sustentando pelo vento de cauda da alta dos preços das commodities, da reabertura da economia e da ampliação das transferências de renda. O setor de serviços vem surpreendendo muito e, na esteira da reabertura, o mercado de trabalho também", destacou o economista Gabriel Leal de Barros, sócio da Ryo Asset.

Vale lembrar que, no primeiro semestre, os estímulos promovidos pela antecipação do 13º dos aposentados e o saque emergencial do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) turbinaram a economia em

R\$ 86 bilhões. E, pelas contas de Barros, que não incluiu esses incentivos no cálculo, R\$ 291 bilhões em medidas fiscais estão ajudando no crescimento da economia neste ano, ou seja, um impulso em torno de 3% do **PIB**. Entre elas, destacam-se as reduções de **tributos** federais e estaduais sobre combustíveis, o aumento do Auxílio Brasil para R\$ 600, e os auxílios para caminhoneiros e taxistas, que fazem parte do pacote de R\$ 41,2 bilhões da chamada PEC Kamikaze.

De acordo com José Márcio Camargo, economista-chefe da Genial Investimentos, a falta de inclusão dos efeitos das reformas microeconômicas realizadas desde o governo Michel **Temer** (2016-2017), como a regra do teto de gastos, o novo marco do saneamento e a nova lei de falências, contribui para os erros das estimativas do mercado. "Além do refluxo da pandemia, não podemos esquecer que houve um conjunto de reformas que estão ajudando no aumento da taxa de investimento no país para 18,7% no segundo trimestre do ano", ressaltou.

Camargo disse que, depois do resultado do IBC-Br, pretende elevar a previsão de avanço do **PIB** deste ano de 2,5% para 2,9%. Contudo, afirmou que a economia poderia estar crescendo mais, o que não ocorre porque o governo furou o teto de gastos nos últimos dois anos, após a PEC dos Precatórios. "A piora no quadro fiscal gera pressão no câmbio e obriga o Banco Central a aumentar os juros, que acabam freando o crescimento", alertou. O economista destacou, ainda, que a tendência é desaceleração do **PIB** e, no ano que vem, a taxa de expansão deve cair para 0,8%.

A economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), não descartou uma revisão para cima da previsão do **PIB** deste ano, mas projeta queda de 0,4% em 2023. Na avaliação dela, com as incertezas sobre quem vai vencer nas urnas, a piora do quadro fiscal, o impacto defasado das altas dos juros na atividade e a economia global desacelerando, será muito difícil para o país crescer mais forte no próximo ano.

Produtividade

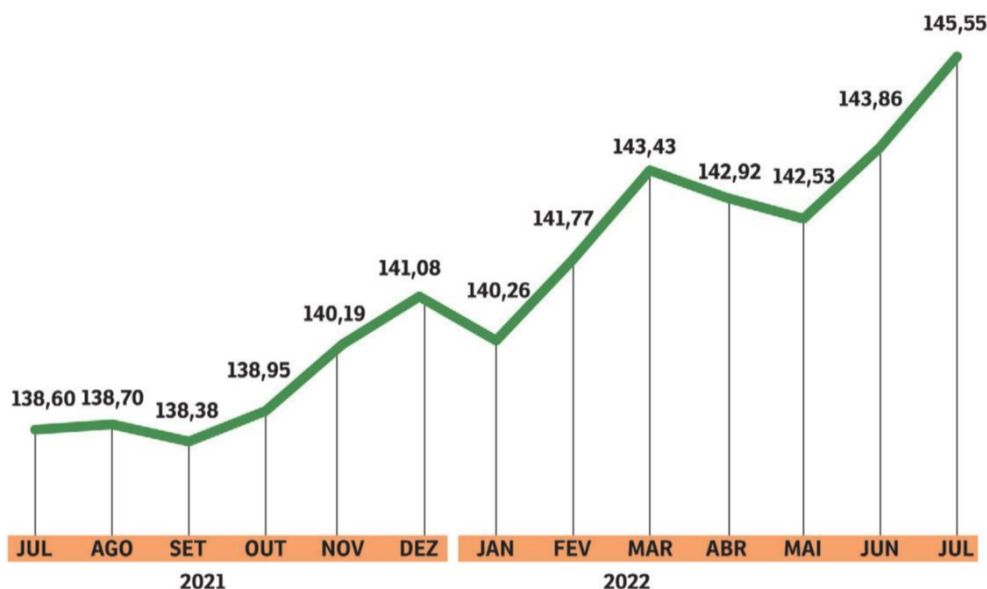
Além dos estímulos fiscais do governo, os dados do mercado informal devem estar contribuindo para o crescimento mais forte, o que também tem seus riscos, segundo a analista do Ibre. "Os dados de

crescimento maior do que o esperado são positivos, o que não significa que sejam 100% bons. Mais crescimento implica, infelizmente, mais inflação. E a inflação de serviços está muito elevada, em 8,6%, acima das previsões para o IPCA (indicador da inflação oficial), de 6,1%. Isso pode ajudar a desacelerar a economia no ano que vem e fazer o PIB recuar 0,4%", alertou. Silva Matos ressaltou que, conforme dados do Ibre, mesmo com a recuperação do mercado de trabalho, os indicadores de produtividade continuam em queda, "o que não contribuiu para um crescimento mais robusto do PIB".

Acima do esperado

Indicador que busca antecipar o PIB surpreende o mercado e cresce 1,17% em julho

SÉRIE COM AJUSTE SAZONAL DO IBC-BR



1,17%

Variação do IBC-Br em julho, na comparação com o mês anterior, na série dessazonalizada

0,89%

Variação da prévia do PIB no trimestre encerrado em julho, na série dessazonalizada

2,09%

Variação do indicador no acumulado em 12 meses, na série sem ajuste sazonal

142,63

Patamar do IBC-Br em Fev20, na série dessazonalizada, indicando o nível pré-pandemia

Fonte: Banco Central



Governo vê alta de 2,7% no ano



rafaela gonçalves

O Ministério da Economia revisou a estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) do país em 2022. A projeção do Boletim Macrofiscal, divulgado pela Secretaria de Política Econômica (SPE), passou de 2% para 2,7%. Se confirmada, a economia brasileira terá movimentado R\$ 9,7 trilhões neste ano. As taxas de crescimento foram mantidas para os demais anos que compõem o horizonte de previsão do ciclo orçamentário.

Segundo o chefe da Assessoria Especial de Estudos Econômicos do Ministério da Economia, Rogério Boueri, a revisão é motivada pelo aumento do emprego, o desempenho do setor de serviços a partir do arrefecimento da pandemia e a elevação da taxa de investimento. "O ritmo de crescimento do **PIB** brasileiro tem surpreendido a todos. A mediana das projeções dos economistas de mercado para o **PIB** de 2022 estava em 0,3% no início do ano e, agora, já está em 2,33%, com viés de alta", afirmou.

Esta é a segunda revisão para cima que o governo faz neste ano. Para Boueri, o ministério tem subestimado o crescimento econômico do país. "Não é correto afirmar que a pasta tem sido otimista em suas projeções, visto que também subestimamos o crescimento da atividade", acrescentou. As novas projeções vão em linha com a fala do ministro da Economia, Paulo Guedes, que reafirmou, nos últimos dias, que a economia brasileira pode crescer 3% em 2022.

O governo também reduziu a estimativa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial da **inflação**, de 7,2% para 6,3% em 2022. O anúncio é feito logo depois da redução dos preços dos combustíveis com a queda do barril de petróleo no mercado internacional e a diminuição de **impostos** federais e estaduais.

Para 2023, o relatório manteve a projeção de crescimento do **PIB** em 2,5% e a da **inflação** em 4,50%. "A partir de 2024, espera-se convergência da **inflação** (IPCA) para a meta de 3,00%", avaliou a SPE.

Para o sócio sênior da DOM Investimentos, Thiago Caletine, a queda projetada na **inflação** não aconteceu de maneira natural. "Não é porque o país aumentou muito a sua eficiência na produção e prestação de serviços. A deflação veio justamente pelos combustíveis, e não acreditamos que este cenário se perpetue. Além disso, não acredito que consigamos manter uma taxa muito baixa enquanto o mundo todo está sofrendo com a **inflação** alta", disse.

Salário mínimo

A expectativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizado para a correção do salário mínimo, recuou de 7,41% para 6,54%. Caso a estimativa se confirme, o reajuste do piso salarial em 2023 também será menor que o projetado anteriormente. A proposta de orçamento de 2023 contempla R\$ 1.302 para o salário mínimo. Como a projeção do INPC recuou, o valor do mínimo deve ficar cerca de R\$ 10 menor.

O professor do Ibmecc Brasília, Frederico Gomes, frisou que o salário mínimo não deve ter nenhum aumento real. "O que temos é um ajuste pela **inflação** do ano anterior. Então, esperar aumento real para o salário mínimo não é razoável." A nova estimativa também é provisória; se o INPC acumulado de 2022 for diferente da projeção, o governo terá de rever o montante.

Reajuste do salário mínimo pode encolher com inflação menor

Nathalia Garcia

O Ministério da Economia reduziu a estimativa para o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) deste ano de 7,41% para 6,54%. Com o recuo, o reajuste do salário mínimo pode ser menor em 2023.

O INPC é o índice usado na correção do piso nacional do salário mínimo, de benefícios previdenciários, assistenciais e de despesas como abono salarial e seguro-desemprego.

O salário mínimo hoje é de R\$ 1.212. Considerando a nova **inflação** projetada ao governo, o valor do salário mínimo de 2023 iria para R\$ 1.292, o que representa R\$ 10 a menos do que a previsão de R\$ 1.302 feita no PLOA (projeto da Lei Orçamentária Anual) encaminhado ao Congresso Nacional.

A cifra também ficou abaixo dos R\$ 1.294 estimados em abril, quando o governo apresentou o projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

O valor efetivo do salário mínimo em 2023 só será conhecido no fim do ano, quando o presidente Jair Bolsonaro (PL) editar a MP (medida provisória) com o novo piso nacional.

O chefe da Assessoria Especial de Estudos Econômicos, Rogério Boueri, evitou fazer estimativas na entrevista coletiva desta quinta-feira (15) sobre os novos parâmetros macroeconômicos do governo.

"A projeção de salário mínimo não é parte do que a gente faz na grade, é uma decisão que vem por decreto. Não divulgamos esse número, esse número não é público", disse.

Nas últimas semanas, as projeções para a **inflação** de 2022 foram revisadas para baixo, puxadas pela redução de **tributos** sobre combustíveis.

No fim de junho, o Congresso fixou um teto de 17% a 18% para a cobrança de ICMS sobre preços de combustíveis, energia elétrica, transportes e telecomunicações, além de ter aprovado um corte de **tributos** federais sobre gasolina e etanol.

"A deflação dos últimos meses reflete principalmente a redução dos preços dos itens monitorados, como

combustíveis, porém também observamos uma certa estabilização da **inflação** de serviços e de alimentação no domicílio", afirmou Boueri.

O governo prevê em 2023 um reajuste do salário mínimo sem aumento real pelo quarto ano seguido.

O piso nacional foi elevado acima da **inflação** pela última vez no início de 2019, em um decreto assinado por Bolsonaro, seguindo a política de valorização aprovada em lei ainda no governo Dilma Rousseff (PT).

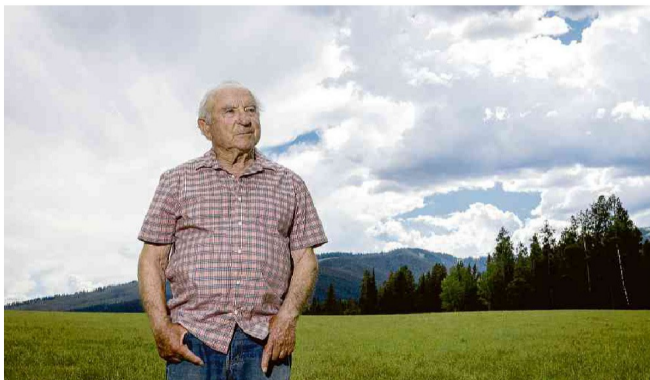
No entanto, desde 2019, o governo tem optado por apenas recompor a variação do INPC, ajuste obrigatório para garantir a manutenção do poder de compra dos trabalhadores.

"Quando a gente olha o princípio constitucional de manter o poder de compra no salário mínimo, quando a **inflação** é maior, o reajuste do salário mínimo tende a ser maior também", disse Boueri.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50036>

Bilionário doa grife Patagônia e fortuna 'para salvar o clima'



Yvon Chouinard no Wyoming; 'entrei para a lista da revista Forbes, e isso me irritou', disse Natalie Behring/The New York Times



Loja em Ventura (Califórnia) da Patagonia, fabricante de roupas para esportes de aventura fundada em 1973 Laure Joliet/The New York Times

David Gelles

Meio século depois de fundar a Patagonia, fabricante de roupas para esportes de aventura, Yvon Chouinard, o excêntrico alpinista que se tornou um bilionário relutante e desenvolveu uma atitude nada comum com relação ao capitalismo, decidiu doar a empresa.

Em lugar de vendê-la ou de abrir seu capital, Chouinard, sua mulher e os dois filhos adultos do casal transferiram sua propriedade da Patagonia, avaliada em cerca de US\$ 3 bilhões (R\$ 15,5 bilhões), a um fundo especialmente projetado e a uma organização sem fins lucrativos. As duas organizações foram criadas para preservar a independência da empresa e garantir que todos os seus lucros -cerca de US\$ 100 milhões (R\$ 517,6 milhões) ao ano- sejam usados para combater a mudança climática e proteger terras inexploradas em todo planeta.

A decisão incomum surge em um momento de crescente escrutínio, para os bilionários e as grandes empresas, que falam retoricamente sobre tornar o

mundo melhor mas muitas vezes agravam os problemas que dizem querer resolver.

Ao mesmo tempo, a renúncia de Chouinard à fortuna familiar se enquadra à atitude permanente dele de desrespeito às normas empresariais, e ao seu amor vitalício pelo meio ambiente.

"Esperamos que isto influencie uma nova forma de capitalismo cujo resultado final não seja criar alguns poucos ricos e um monte de pobres", disse Chouinard, 83, em uma entrevista exclusiva. "Vamos dar o máximo de dinheiro às pessoas que estão trabalhando ativamente para salvar o planeta".

A Patagonia continuará a operar como uma companhia privada com fins lucrativos, sediada em Ventura, Califórnia, e com vendas anuais de mais de US\$ 1 bilhão (R\$ 5,1 bilhões) em jaquetas, chapéus e calças de esqui. Mas os Chouinard, que controlavam a Patagonia até o mês passado, não são mais proprietários da empresa.

Em agosto, a família transferiu irrevogavelmente todas as ações com direito a voto da empresa, equivalentes a 2% do total das ações em circulação, para uma entidade recém-estabelecida, o Patagonia Purpose Trust.

O fundo, que será supervisionado por membros da família e seus conselheiros mais próximos, tem o objetivo de assegurar que a Patagonia cumpra seu compromisso de administrar um negócio socialmente responsável, e de doar seus lucros. Porque os Chouinard doaram suas ações a um fundo, a família pagará cerca de US\$ 17,5 milhões (R\$ 90,5 milhões) em **impostos** sobre a transação.

Em seguida, os Chouinard doaram os 98% restantes da Patagonia, as ações ordinárias da empresa, a uma organização sem fins lucrativos recentemente estabelecida, o Holdfast Collective, que agora receberá todos os lucros da empresa e usará esse dinheiro para combater a mudança do clima. Porque o Holdfast Collective foi organizado como uma entidade 501(c)(4), o que lhe permite fazer contribuições políticas ilimitadas, a família não recebeu nenhum benefício fiscal por sua doação.

"Houve um custo significativo para eles, mas foi um

custo que eles estavam dispostos a bancar para garantir que empresa se mantivesse fiel a seus princípios", disse Dan Mosley, sócio do BDT Co., um banco de investimento que trabalha com pessoas de altíssimo patrimônio, entre as quais Warren Buffett, e ajudou a Patagonia a projetar a nova estrutura. "E eles tampouco se beneficiaram de uma dedução por sua doação para fins de caridade. Não há benefício fiscal algum na operação".

Barre Seid, doador de fundos para o Partido Republicano, é o único outro exemplo em memória recente de um empresário rico que decidiu doar sua empresa em benefício de causas filantrópicas e políticas. Mas Seid adotou uma abordagem diferente ao doar 100% de sua empresa de eletrônicos a uma organização sem fins lucrativos, e desfrutou de enormes benefícios em termos de **impostos** pessoais ao doar US\$ 1,6 bilhão (R\$ 8,2 bilhões) para financiar causas conservadoras, entre as quais esforços para bloquear a ação contra a mudança do clima.

Ao doar a maior parte de seus ativos em vida, os Chouinard -Yvon, sua mulher Malinda, e os dois filhos do casal, Fletcher e Claire, ambos na casa dos 40 anos- se estabeleceram como uma das famílias mais caridosas dos Estados Unidos.

A Patagonia já doou US\$ 50 milhões (R\$ 258,8 milhões) ao Holdfast Collective e espera contribuir com mais US\$ 100 milhões (R\$ 517,6 milhões) este ano, tornando a nova organização um dos principais agentes da filantropia climática.

Mosley disse que a história era diferente de qualquer outra que ele tenha visto em sua carreira. "Em meus mais de 30 anos de planejamento patrimonial, o que a família Chouinard fez é realmente notável", disse ele. "A decisão é irrevogável. Eles não podem retomar o controle da empresa, e não querem fazê-lo".

Para Chouinard, foi uma decisão ainda mais simples do que isso, e ofereceu uma solução satisfatória para a questão do planejamento de sucessão.

"Eu não sabia o que fazer com a empresa porque nunca quis uma empresa", disse ele, de sua casa em Jackson, Wyoming. "Eu não queria ser um homem de negócios. Agora, se eu morrer amanhã, a empresa vai continuar fazendo a coisa certa pelos próximos 50 anos, e eu não tenho que estar por perto. Isso pode realmente funcionar".

De certa forma, a doação do controle da confiscação da Patagonia não surpreende muito, vinda de Chouinard.

Quando era um alpinista pioneiro no vale de Yosemite,

Califórnia, na década de 1960, Chouinard morava em seu carro e se alimentava com latas danificadas de comida para gatos, que comprava por cinco centavos de dólar.

Ainda hoje, ele veste roupas velhas, dirige um Subaru escangalhado e divide seu tempo entre casas modestas em Ventura e Jackson. Chouinard não tem um computador e nem um telefone celular.

A Patagonia, que ele fundou em 1973, tornou-se uma empresa que refletia as prioridades idealistas de seu proprietário e da mulher dele. A empresa esteve entre a primeiras a aderir a uma série de tendências, do uso do algodão orgânico à criação de creches no local de trabalho para seu pessoal, e, em um momento famoso, desencorajou os consumidores de comprar seus produtos, publicando um anúncio de Black Friday no The New York Times com a assinatura "não compre essa jaqueta".

A empresa vem fazendo doações equivalentes a 1% de seu faturamento há décadas, principalmente a ativistas ambientais de base. E nos últimos anos, a Patagonia se tornou mais ativa politicamente, e chegou a processar o governo Trump em uma tentativa de proteger o Bears Ears National Monument.

No entanto, com o crescimento das vendas da Patagonia, o patrimônio líquido pessoal de Chouinard continuou a subir, criando um enigma desconfortável para um outsider que abomina a riqueza excessiva.

"Eu entrei para a lista dos bilionários da revista Forbes, e isso me irritou, muito. Muito", ele disse. "Não tenho US\$ 1 bilhão no banco. Não dirijo um Lexus".

O ranking da Forbes, e depois a pandemia da Covid-19, ajudaram a colocar em marcha um processo que se desenvolveria nos últimos dois anos, e que por fim levou os Chouinard a doar sua empresa.

Na metade de 2020, Chouinard começou a dizer a seus conselheiros mais próximos, entre os quais Ryan Gellert, presidente-executivo da empresa, que, se eles não conseguissem encontrar uma boa alternativa, estava preparado para vender a companhia.

"Um dia ele me disse: "Ryan, eu juro por Deus, se vocês não começarem a se mexer quanto a isso, vou pegar a lista de bilionários da revista Fortune e começar a ligar para as pessoas oferecendo a empresa", disse Gellert. "Naquele momento, percebemos que ele estava falando sério".

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50036>

Verba do Farmácia Popular cai a um terço em 5 anos

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Economia e eleições (Artigo)

Márcio Garcia

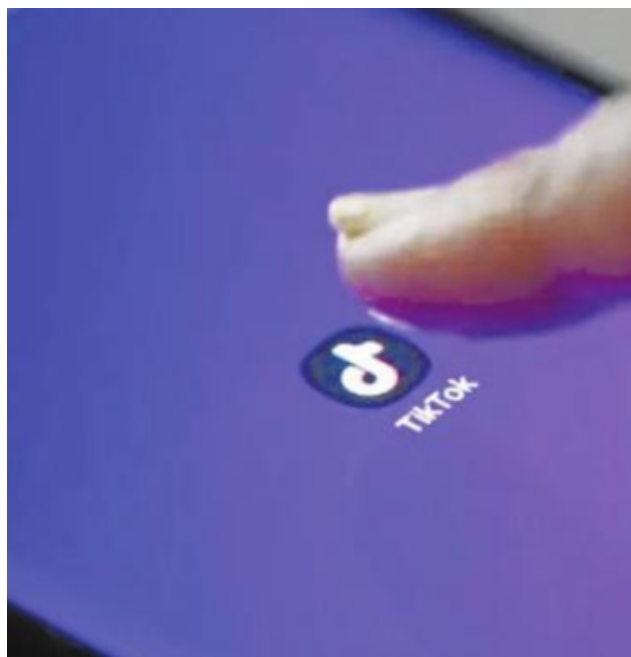
Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187331?page=24§ion=5

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187331?page=24§ion=5

China fraca ameaça exportações brasileiras - MERCADO S/A



FP / reprodução



AMAUURI SEGALLA

A China se prepara para fechar 2022 com o **PIB** mais fraco dos últimos 40 anos. É consenso entre analistas que a economia do país não crescerá mais do que 3%, mas alguns bancos, como o britânico Barclays, acham que o número ficará em torno de 2% - isso é quase nada perto dos padrões chineses. Os lockdowns definidos pela política de covid-zero, o declínio do mercado de imóveis residenciais, as secas prolongadas e o consumo interno modesto explicam o resultado. A desaceleração da economia chinesa é péssima para o Brasil, que tem no país da Muralha o seu principal parceiro comercial. No primeiro semestre, segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), o volume de exportações brasileiras para a China caiu 11,5% e o resultado não deverá ser diferente nos últimos meses do ano. Atualmente, a nação asiática responde por 28% das exportações brasileiras. Um ano atrás, a participação estava em 34%.

Agronegócio salva vendas ao exterior mais uma vez

Faça chuva ou faça sol, o agronegócio sempre traz resultados positivos para a economia brasileira. Em agosto, as exportações do setor totalizaram US\$ 14,8 bilhões, número que representa um avanço de 36,4% em relação ao mesmo mês do ano passado, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). De acordo com o Ministério da Agricultura, trata-se de um novo recorde para o período. O desempenho se deve, sobretudo, aos elevados preços de commodities no mercado internacional.

TikTok vira mecanismo de busca e assusta o Google

O TikTok, quem diria, ameaça uma das maiores empresas de tecnologia do mundo - o Google. Uma pesquisa interna feita pelo próprio Google com usuários entre 18 a 24 anos descobriu que 40% deles usam o TikTok como mecanismo de busca. O que explica a preferência? Segundo a garotada, a plataforma chinesa traz um elemento essencial: vídeos em vez de textos. Não à toa, é acessada, todos os meses, por um bilhão de usuários. Facebook, Instagram e Youtube também sofrem com a concorrência do app chinês.

Fiasco dos NFTs gera prejuízos milionários

Pouco tempo atrás, muitos analistas apressados disseram que os NFTs - os tais tokens não-fungíveis - revolucionariam o mundo. Por serem únicos e insubstituíveis, os certificados de autenticidade digital mudariam especialmente o universo das artes. Pois bem: o craque Neymar perdeu R\$ 5 milhões depois de comprar três artes virtuais. O cantor americano Justin Bieber tomou tombo maior, equivalente a R\$ 20 milhões. Quem tem NFT está se livrando do ativo, e, por isso, seu preço despencou.

Rapidinhas

» A XP liberou o acesso à sua conta internacional de investimentos para clientes que possuem patrimônio a partir de R\$ 10 mil. Antes, o limite mínimo era de R\$ 300 mil. Lançada em maio, a conta permite a compra de ativos listados nas bolsas do Estados Unidos. Segundo a empresa, o serviço é elegível para 1 milhão de clientes.

» A Anatel autorizou o lançamento da tecnologia 5G em mais sete capitais brasileiras. A partir da próxima segunda-feira, Aracaju, Boa Vista, Campo Grande, Cuiabá, Maceió, São Luís e Teresina passarão a contar com o serviço. Com isso, apenas cinco capitais da região Norte - Belém, Macapá, Manaus, Porto Velho e Rio Branco - estão sem o novo sistema.

» No próximo dia 20, David Card, prêmio Nobel de Economia de 2021, dará sua primeira palestra em solo brasileiro. O evento ocorrerá no Insper, em São Paulo, e terá como tema central o mercado de trabalho na América Latina. O encontro também contará com a presença do ex-presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn.

» O Brasil é um dos piores países do mundo para se aposentar. Segundo ranking da gestora Natixis, o país ocupa a 43ª posição entre 44 pesquisados. Para chegar a essa conclusão, a empresa leva em consideração quesitos como sistema de saúde local, qualidade de vida, acesso ao sistema financeiro e bem-estar material.

34%

dos empresários brasileiros consideram a educação como a área que deve ser priorizada pelo próximo presidente, segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em seguida, os executivos indicaram a saúde pública (26%) e o crescimento econômico (20%)

Felizmente, a gente chegou em um consenso mínimo do que dá e do que não dá para fazer na economia. Então, qualquer que seja o candidato, a gente acha que não vai ter nenhuma barbearagem na economia"

Roberto Sallouti, presidente do banco BTG Pactual

Economistas de candidatos sugerem licença temporária para gastar em 2023



Montagem com Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Jair Bolsonaro (PL), Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB) Eduardo Anselmi, Pedro Ladeira e Zaira Faria/Folhapress

Fábio Pupo Idiana Tomazelli

Economistas das campanhas de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB) defenderam nesta quinta-feira (15) uma flexibilização das regras fiscais para acomodar uma série de despesas não previstas pelo governo na proposta orçamentária de 2023, o que pode demandar uma nova PEC (proposta de emenda à Constituição).

A medida funcionaria como uma espécie de licença temporária para executar ações como um Auxílio Brasil de R\$ 600 no ano que vem, antes da definição de uma nova regra para substituir o teto de gastos - que impede os gastos federais de crescerem acima da **inflação**, limite criticado por quase todos os candidatos.

O economista Guilherme Mello, representante do PT, cita cálculos que apontam para R\$ 430 bilhões em riscos fiscais, despesas adicionais, perdas de arrecadação e custos financeiros que devem ser observados pelo próximo governo.

Só em despesas, a estimativa é de pelo menos R\$ 120 bilhões em gastos não cobertos no Orçamento e que precisarão ser acomodados para evitar um apagão em programas sociais.

A conta foi divulgada pelos economistas Bráulio Borges e Manoel Pires em boletim do Ibre/FGV e inclui o custo para assegurar a manutenção de um benefício mínimo de R\$ 600 para as famílias do Auxílio Brasil. Hoje, a proposta de Orçamento contempla um benefício médio de apenas R\$ 405,21.

"Em 1º de janeiro, se a gente não fizer nada, a gente cria um abismo social, e a gente precisa evitar que isso ocorra. É impensável voltar com um auxílio de R\$ 400", disse Mello. "Acho que uma PEC vai ter que ser aprovada, porque o problema está no teto de gastos", complementou.

Nelson Marconi, economista da campanha de Ciro, considera necessária uma norma fiscal provisória para atravessar o ano de 2023. "Evidente que você não pode deixar de pagar auxílio. Vai ter que ter uma regra temporária para o ano que vem", disse.

Ele ressaltou, no entanto, que a licença não implicará necessariamente uma piora nos indicadores fiscais. O economista disse ser possível, em contrapartida aos maiores gastos, revisar subsídios tributários, retirar produtos desnecessários da desoneração da cesta básica e cancelar as emendas de relator (instrumento usado pelo Palácio do Planalto como moeda de troca nas negociações com o Congresso).

Mello e Marconi participaram nesta quinta de seminário organizado pelo Cofecon (Conselho Federal de Economia) com assessores econômicos dos candidatos à Presidência, seguido de entrevista coletiva.

As campanhas dos candidatos Jair Bolsonaro (PL), Simone Tebet (MDB), Luiz Felipe D'Ávila (Novo) e Soraya Thronicke (União Brasil) também foram convidadas para participar do evento, mas não indicaram nenhum representante.

O ministro Paulo Guedes (Economia), no entanto, já deu declarações no sentido de flexibilizar as regras fiscais para ampliar gastos no ano que vem.

Ele declarou que o benefício mínimo de R\$ 600 para o Auxílio Brasil será pago em 2023 e chegou a citar a possibilidade de decretar calamidade ou prorrogar o atual "estado de emergência", criado para abrir caminho à ampliação de gastos neste ano, como solução temporária para o impasse.

"É evidente que nós vamos pagar. Tem uma solução temporária. Se a Guerra da Ucrânia continua, prorroga o estado de calamidade, e aí você continua com R\$ 600", afirmou Guedes no começo do mês. Procurado,

o Ministério da Economia preferiu não comentar.

No próprio envio do Orçamento, o governo também incluiu uma mensagem se comprometendo a negociar com o Congresso uma solução para o tema.

Elena Landau, integrante da campanha de Tebet, afirmou à Folha que há necessidade de uma flexibilização fiscal em 2023, mas defende que ela seja a menor possível.

"Não gosto da palavra de waiver [perdão ou licença, nesse caso para gastar] porque parece que você está abrindo uma série de excepcionalidades. Nossa discussão é só a gente incorporar os R\$ 200 do Auxílio Brasil [para chegar nos R\$ 600]. É a menor flexibilização possível", disse.

Além disso, ela considera indispensável implementar uma ampla revisão dos números de 2023. "Como veio esse Orçamento completamente inviável, com prioridades invertidas, desonerações indevidas, a gente acha que nesse momento temos que, ganhando a eleição, rever todo o Orçamento mesmo", afirmou Landau.

A pressão por uma recomposição desses gastos na tramitação do Orçamento já colocou o pedido de uma licença para gastar no radar de analistas do mercado. Essa autorização é tida como necessária para o próximo presidente conseguir atravessar o ano de 2023 enquanto se discute um ajuste estrutural nas regras fiscais.

O tamanho da licença para gastos extras em 2023 é, para o mercado financeiro, uma das grandes incógnitas do Orçamento. Entre analistas, há a percepção de que a licença não pode ser um "trem da alegria" para atender a todos os anseios por mais despesas, sob pena de minar a credibilidade da trajetória fiscal já no início do governo.

Representantes do PT defendem desde o fim do ano passado, pelo menos, a adoção de uma regra fiscal que substitua o teto de gastos, embora o desenho a ser proposto em caso de vitória de Lula ainda não seja conhecido.

Enquanto isso, o Ministério da Economia também estuda uma nova âncora, baseada na dívida pública. A lógica da proposta é permitir um aumento dos gastos acima da **inflação** quando o endividamento estiver abaixo de determinado patamar.

Mello afirma que o PT ainda não discutiu internamente qual será a nova regra e que isso dependerá do cenário político do ano que vem. Para ele, no entanto, o novo arcabouço fiscal precisará respeitar princípios

como credibilidade, previsibilidade, transparência e flexibilidade.

Ele também acredita ser importante manter um viés anticíclico da regra, ou seja, que ela permita uma atuação governamental para atenuar os efeitos dos ciclos econômicos -minimizando efeitos negativos de uma recessão, por exemplo.

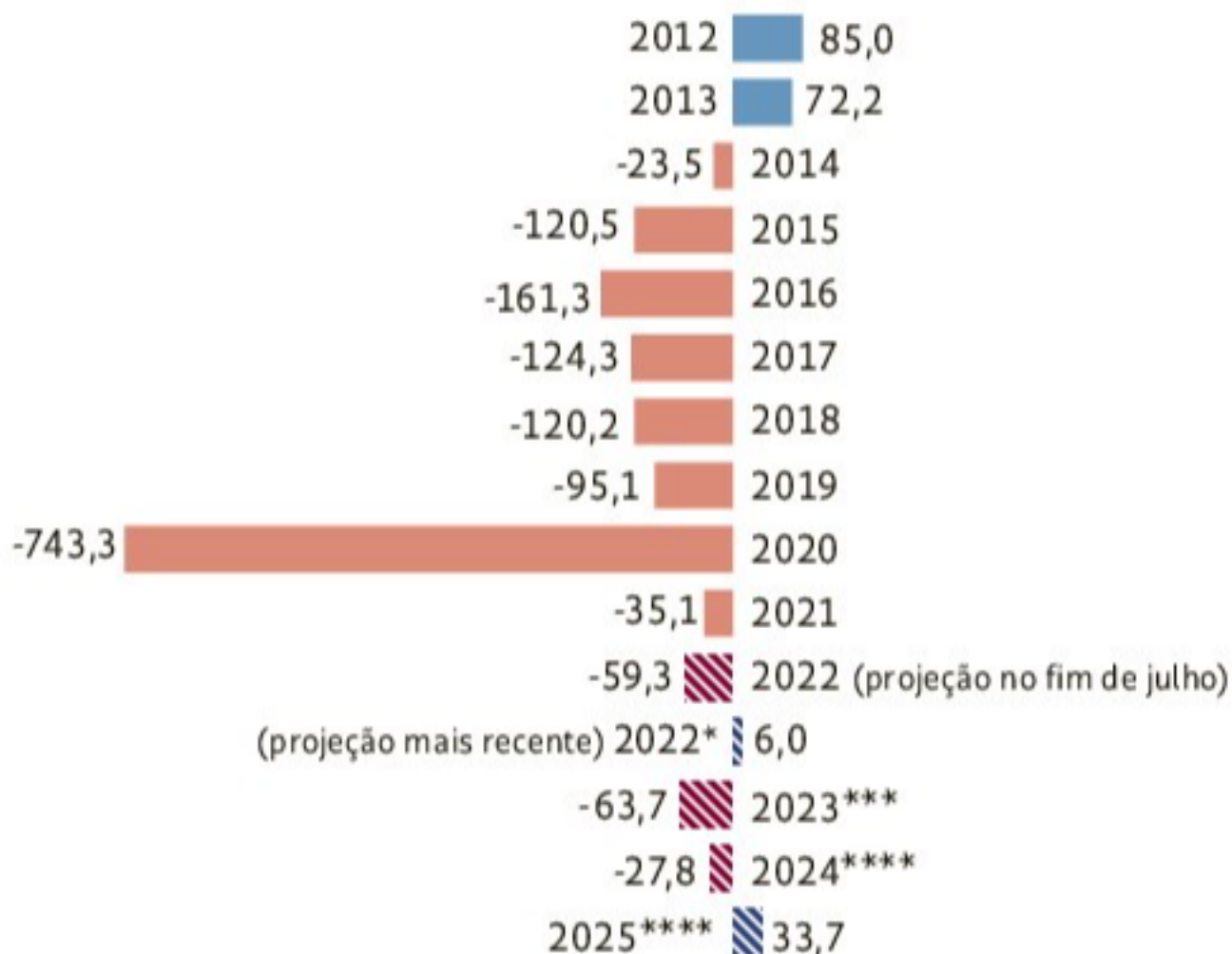
Já Marconi defende a manutenção de uma regra que foque no controle de despesas, embora diferente do atual teto de gastos. Para o economista da campanha de Ciro, é preciso permitir um crescimento das despesas em ritmo acima da **inflação**. Essa âncora seria associada a outra regra que busque controlar a dívida pública.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50036>

Resultado primário do governo central

Em R\$ bilhões**



*Número considerado conservador, pois deve ser impulsionado por dividendos a serem recolhidos no segundo semestre. **Valores correntes. ***Projeção na PLOA de 2023. ****Projeções da LDO. Fonte: Ministério da Economia

Emendas privilegiam aliados de Bolsonaro antes da eleição, dizem críticos

Idiana Tomazelli

A manobra do governo Jair Bolsonaro (PL) para liberar emendas parlamentares, às custas de cortes de verbas na ciência e na cultura, virou alvo de críticas de especialistas por atropelar despesas já decididas pelo Congresso Nacional e privilegiar aliados do presidente às vésperas da eleição.

Siglas de oposição acionaram o STF (Supremo Tribunal Federal) na tentativa de suspender os cortes, bem como o decreto que autorizou o governo a destravar R\$ 3,5 bilhões em emendas de relator, usados como moeda de troca nas negociações com o Parlamento. O ato foi publicado na noite de 6 de setembro, véspera do feriado de Bicentenário da Independência.

Autor de uma das ações, o PSOL afirma que a destinação dessas verbas "interfere na lisura e no equilíbrio das eleições, afetando a igualdade de oportunidades entre os candidatos". Para juristas, o tema pode vir a ser avaliado pela Justiça Eleitoral, embora ainda não haja posição consolidada sobre o tema.

Essa será a primeira eleição para cargos estaduais e federais, incluindo as cadeiras no Congresso Nacional, realizada sob a existência do mecanismo das emendas de relator, estabelecido em 2019 para vigorar no ano seguinte.

O líder da minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN), apresentou um projeto de decreto legislativo com o mesmo objetivo de anular os efeitos do decreto que liberou as emendas de relator, mas o texto ainda não foi analisado pelo Legislativo -alguns de seus integrantes serão beneficiados pela manobra.

O advogado Francisco Zardo, professor de direito administrativo, lembra que o arcabouço de regras eleitorais foi elaborado antes da criação das emendas de relator. Por isso, embora a lei eleitoral (cujo texto original é de 1997) deixe margem para o empenho de emendas no período eleitoral, isso não significa que a questão esteja livre de controvérsia.

"O Orçamento público não pode ser manejado para obtenção de proveito nas eleições. As vedações [da lei eleitoral] buscam isso", diz. "Teria que analisar toda

essa engenharia para saber se de fato está havendo uma tentativa para utilizar o Orçamento com objetivo eleitoral. Caso confirmado, seria abuso de poder político", afirma.

O empenho é a primeira fase do gasto, quando o governo se compromete com determinada contratação de bens ou serviços. Segundo técnicos do governo, a AGU (Advocacia-Geral da União) tem uma interpretação de que a lei eleitoral veda o repasse financeiro de despesas que já não estivessem em andamento.

Dessa forma, "atos preparatórios" à execução de emendas -como o empenho da despesa- estariam autorizados mesmo em período eleitoral.

A liberação das emendas foi possível após uma engenharia do governo Bolsonaro para, de forma unilateral, cortar despesas que já haviam sido autorizadas pelo Congresso Nacional. A tesourada abriu espaço para as emendas dentro do teto de gastos -regra fiscal que limita o avanço das despesas à inflação.

A manobra, revelada pela Folha, envolveu duas MPs (medidas provisórias) editadas por Bolsonaro para adiar ou limitar despesas de ciência e cultura aprovadas anteriormente pelo Legislativo. Como têm vigência imediata, as medidas permitiram jogar R\$ 5,6 bilhões em gastos para 2023 e abrir caminho ao desbloqueio de R\$ 3,5 bilhões em gastos carimbados pelos parlamentares.

Uma das MPs limitou a R\$ 5,6 bilhões os gastos do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) em 2022. Como a obrigação antes era maior, na prática o governo ganhou espaço no Orçamento.

A outra medida adiou os repasses das leis Paulo Gustavo (R\$ 3,8 bilhões neste ano) e Aldir Blanc, de auxílio à cultura em estados e municípios, e do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), aprovados pelo Congresso como resposta à crise causada pela pandemia de Covid-19 nesses setores.

Os repasses haviam sido autorizados pelo Congresso, mas foram vetados por Bolsonaro. Em reação, o

Legislativo derrubou os vetos, restabelecendo a ajuda financeira, agora adiada numa canetada pelo presidente da República.

Uma medida provisória tem força de lei a partir do momento de sua publicação, com duração de até 120 dias -período em que precisa ser ratificada pelos parlamentares para permanecer em vigor. Na prática, mesmo que os congressistas se recusem a votar o texto, ele só perderá validade no ano que vem, e a despesa já terá sido adiada.

O diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado, Daniel Couri, destaca que, na exposição de motivos para o envio das MPs, o governo alega que os cortes foram necessários para permitir o "desembolso de forma planejada" dos recursos, respeitando o teto de gastos.

"Se o governo tiver que cumprir vinculação do fundo [FNDCT], tem um problema com o teto. Mas no fundo eles estão abrindo espaço para gastar mais dentro do teto. Ou seja, a MP pedala esses gastos, e o governo usa esse espaço para liberar emendas", analisa Couri.

"É um argumento frágil. Não quiseram falar que eles têm outras prioridades para gastar", critica.

O diretor-executivo da IFI avalia ainda que a manobra configura uma "forma de driblar" uma escolha feita pelo Legislativo, de destinar mais recursos para ciência e cultura. "A MP tira a chance de o Congresso fazer a escolha alocativa", diz.

O advogado Francisco Zardo afirma que as regras que regem o FNDCT são previstas em uma lei complementar, instrumento que, via de regra, não pode ser modificado por MP -a medida provisória, quando aprovada, é convertida em lei ordinária, que fica um degrau abaixo na hierarquia de leis no arcabouço brasileiro.

"Esse ponto merece uma análise jurídica, pois pode ser um obstáculo insuperável ao avanço dessa MP. Se alguém concluir que [a medida] está alterando matéria reservada a lei complementar, é até inconstitucional", diz.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

36

Juro maior pode devastar os EUA, diz Nobel



O economista David Card na Universidade da Califórnia em Berkeley, onde leciona. Brittany Hesse/Small - 11.out.21/UC Berkeley/Reuters

Fernando Canzian

Vencedor do prêmio Nobel de Economia em 2021, o canadense David Card, 66, afirma que se **inflação** norte-americana obrigar o Federal Reserve a acelerar o aumento dos juros, os efeitos serão "devastadores" para os Estados Unidos, maior economia do mundo.

Radicado nos EUA, onde leciona na Universidade da Califórnia em Berkeley, Card afirma que três fatores colocam a economia global em risco.

"Há muita incerteza. O cenário otimista é que **inflação** modere e o Fed não tenha que aumentar tanto os juros; que haja um desenlace razoável na Ucrânia; e que a China se recomponha de seus problemas", diz.

"Dependendo do desfecho, qualquer um desses fatores pode atrapalhar os Estados Unidos; e os três juntos podem causar um grande estrago", disse, em entrevista à Folha.

Em 12 meses, a **inflação** norte-americana atingiu 8,3%, e a expectativa de que agosto registrasse deflação se frustrou -a alta foi de 0,1% sobre julho.

O economista ressalta que muitos consumidores norte-americanos dependem de empréstimos de curto prazo, e que o aumento dos juros afetaria diretamente a renda.

Card venceu o Nobel por pesquisas relacionadas ao mercado de trabalho. Ele afirma que embora a taxa de desemprego nos EUA esteja baixa (3,7% em agosto), os rendimentos estão "achatados".

"Vemos muitas empresas contratando, e uma das razões para isso é que elas podem vender seus

produtos 8% mais caros do que no ano passado [por conta da **inflação**], mas estão pagando só 4% a mais em salários", diz Card.

"É uma situação estranha, em que os salários reais diminuíram, apesar do crescimento da economia. Está difícil prever para onde as coisas estão indo."

O economista afirma que uma das razões para o mercado de trabalho estar aquecido nos EUA, com pessoas trocando de empregos em ritmo inédito, é que grande parcela dos chamados "baby boomers" (nascidos na euforia do pós-Segunda Guerra) está se aposentando -abrindo vagas no mercado.

"Por um período longo, as empresas americanas conseguiram empregados sem se preocupar muito com o aumento dos salários ou a qualidade dos trabalhos, e o nível de vida dos americanos vem caindo há muitos anos", diz.

"Isso mudou. Hoje, são os trabalhadores que escolhem seus trabalhos, e os empregadores estão se dando conta de que devem fazer algo a respeito. Mas ainda está difícil apontar corretamente o que está acontecendo. Creio que isso vai ser assunto para muitos anos à frente."

Card afirma, no entanto, que o cenário global de incerteza pós pandemia -com **inflação** alta em vários países, Guerra da Ucrânia e China desacelerando-tem levado as empresas a manter um pé atrás em relação a compromissos de longo prazo com trabalhadores.

"As empresas estão tendendo a não se comprometer com os trabalhadores por não saberem exatamente se vão precisar deles no futuro. Há também muita insegurança sobre que tipo de trabalhadores serão necessários."

Ele afirma que países como França, Espanha, Portugal e Itália têm registrado um aumento importante de trabalhadores mais jovens em contratos temporários e não formais.

"Países como a Coreia têm o mesmo problema com seus jovens. Embora os coreanos sejam muito bem educados, com uma das maiores taxas de jovens em universidades no mundo, muitos só encontram ocupações informais ou trabalhos temporários, o que causa muita frustração", diz.

Card estará no Brasil na semana que vem para dar uma conferência sobre mercado de trabalho e salários e participar de um seminário sobre informalidade e rendimentos na América Latina, ambos no Insper.

O economista considerou "notável" a redução da informalidade no Brasil no início da década passada, atribuída ao maior dinamismo da economia com o boom dos preços das commodities na segunda metade dos anos 2000

"Naquele período, combinado com o aumento do nível educacional, a desigualdade também diminuiu. Aquilo chegou ao final, mas não é inexorável que a situação da informalidade permaneça assim", diz.

Do total dos brasileiros ocupados no final do segundo trimestre, 40% estavam na informalidade.

Inflação e juros levam dólar a R\$ 5,24

As negociações no mercado financeiro global ainda refletiram nesta quinta (15) as preocupações com um ambiente de juros altos nas principais economias e, conseqüentemente, menos favorável às aplicações em renda variável, como os mercados de ações. Esse temor ganhou força na última terça (13), quando os Estados Unidos divulgaram que a **inflação** no país em agosto ficou acima do esperado.

No Brasil, o dólar comercial fechou em alta de 1,15%, cotado a R\$ 5,2390. O real apresentava o pior retorno frente à moeda americana na comparação com divisas de outros países emergentes. Na Bolsa de Valores brasileira, o índice Ibovespa caiu 0,54%, aos 109.953 pontos, acompanhando o recuo dos principais mercados de ações no exterior. Em Nova York, o índice de referência S P 500 caiu 1,13%. O indicador da Nasdaq perdeu 1,43%. O Dow Jones recuou 0,56%. A **inflação** americana subiu 0,1% em agosto em relação a julho.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

36

Sem reajuste de verba da União, queixas sobre merenda aumentam



Com a verba federal sem reajuste desde 2017 e a **inflação** dos alimentos, relatos de racionamento e cortes de merenda escolar se multiplicam pelo Brasil. Alunos que tiveram a mão carimbada para não repetir o prato, ovo dividido para quatro crianças e corte de itens básicos, como arroz e carne, estão entre as queixas.

Com o alto número de pais sem trabalho, a merenda é uma chance de refeição equilibrada para parte das crianças.

Em agosto, a gestão Jair Bolsonaro vetou o reajuste, com correção pela **inflação**, aprovado pelo Congresso. A justificativa foi que isso poderia drenar verbas de outros programas e estourar o teto de gastos. Depois, ele não previu reajuste no Projeto de Lei Orçamentária.

A responsabilidade de custeio é de União, Estados e municípios, mas a participação federal é importante, principalmente em cidades pobres. Gestores locais dizem que a defasagem do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) tem feito as cidades gastarem mais. A **inflação** da cesta básica, que inclui feijão e verduras, teve alta de 26,75% de maio de 2021 a maio deste ano.

Em Belo Horizonte, famílias de alunos da Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) Ipiranga denunciaram nas redes sociais a pouca quantidade de comida. As fotos mostram a refeição com a quarta parte de um ovo, uma colher de arroz, pequena porção de verduras e um pouco de molho de carne. "Antes meu filho chegava em casa e não pedia comida.

Quando passou a pedir, achei um pouco estranho", diz

o policial Natan Oliveira, pai de um aluno de 2 anos. "Depois que vi as imagens (de pratos quase vazios), entendi que não só ele, mas todas as crianças estavam recebendo menos alimentação do que a quantidade ideal." A merenda, diz ele, melhorou após as queixas.

A prefeitura nega redução de alimentos na rede e diz que investigará o caso. Em nota, afirma que desde 2018 elevou em 260% o gasto próprio com merenda (R\$ 32 milhões), "considerando que o repasse previsto do governo federal no âmbito do Pnae não sofre reajuste desde 2017, mesmo com a alta dos preços do alimento e do custo da logística".

Vice-diretora de Emei em Porto Alegre, Francisca Carneiro diz que mães agradecem ao saber que o filho come carne e frutas. "São itens que subiram muito de preço e às vezes faltam em casa." Na cidade, não faltou merenda porque a prefeitura dobrou o repasse próprio (de R\$ 3 milhões em 2019 para R\$ 6 milhões este ano). A verba federal, diz o município, só dava para o 1.º semestre.

O Pnae atende 41 milhões de alunos no País. O valor diário enviado a Estados e municípios para cada aluno é definido conforme a etapa e a modalidade de ensino. É de R\$ 1,07 na creche; R\$ 0,53 na pré-escola e R\$ 0,36 para o fundamental e o médio.

Em nota, o Ministério da Educação (MEC) diz que o Pnae alcança todos os matriculados na rede pública. E cada escola recebe alimentos conforme o número de alunos.

Afirma ainda que o FNDE, órgão do ministério responsável pelo programa, não tem autonomia para elevar os valores per capita. Toda escola em área de vulnerabilidade social ou que recebe alunos de área vulnerável pode oferecer refeição extra, diz a pasta. Procurada para comentar o veto ao reajuste, a Presidência não respondeu.

"A alimentação escolar deve ser responsabilidade compartilhada entre União, Estados e municípios", diz Gabriele Carvalho, do Observatório da Alimentação Escolar. "Se um desses falha, afeta o equilíbrio do sistema, pois os outros são obrigados a complementar." Dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

mostram que a fome dobrou nas famílias com crianças menores de 10 anos: de 9,4% em 2020 para 18,1% este ano.

CARIMBO. Neste mês, imagens de alunos do Centro Educacional 3 de Planaltina (DF) com a marca de carimbo na mão para não repetirem a merenda circularam nas redes. A diretoria da escola justificou que a medida foi de um professor para evitar "fura-fila", com alunos servidos mais de uma vez e outros ficarem sem. Já a Secretaria da Educação disse repudiar a medida e afirma não faltar alimentos nem haver veto a repetir.

Segundo a pasta, o caso foi isolado e é apurado pela Corregedoria.

O sindicato dos professores diz que há restrições em mais escolas - o governo nega.

Em Cascavel (PR), pais também reclamam da falta de itens básicos, como arroz. A prefeitura diz ter notificado a empresa vencedora da licitação para corrigir eventuais faltas e destacou ter comprado R\$ 33 milhões em alimentos. Auxiliar de escritório, Thais Amaral, de 29 anos, tem um filho de 6 anos na rede. "Faz mais de uma semana que ele diz que não tem arroz." A Secretaria de Educação de Cascavel afirma que o cardápio é feito pela equipe de nutricionistas e o arroz não é o único item que compõe a lista.

Em Melgaço (PA), relatório do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, de agosto, aponta que a merenda, de baixa qualidade, não é oferecida todo o mês. Quando falta, diz o documento, muitos alunos "ficam com fome e têm seu rendimento prejudicado.

Até mesmo a ida para a escola é condicionada à existência da merenda". Educadores relataram que, na maioria das vezes, são ofertados suco e bolacha. A prefeitura não se manifestou.

JUSTIÇA. Em Cachoeira de Goiás (GO), a Justiça mandou repassar os R\$ 755 mil da Festa do Divino Pai Eterno para a merenda, já que as escolas serviam só bolacha, leite e suco. Em Alcântara (MA), a Justiça mandou regularizar o fornecimento. As prefeituras dizem ter resolvido o problema. I COLABOROU FÁBIO DONEGÁ, ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

.....
**res perguntas
ara...**



arcia Machado,

professora da Faculdade de Medicina
Universidade Federal do Ceará

Com a crise, a merenda e a nutrição das crianças cou mais relevante?

Com certeza. Pelo desemprego, uso errado dos alimentos, com troca dos oferecidos pela natureza por ultraprocessados, a merenda tem um acréscimo para favorecer vida melhor da criança, e muitas vezes só tem esse tipo de alimentação.

Como isso afeta o desenvolvimento infantil?

A falta de vários nutrientes pode afetar até a fisiologia

do corpo. Uma alimentação com falta de vitamina A pode repercutir na acuidade visual da criança. A falta de proteínas, de elementos energéticos, faz ela ficar mais sonolenta. A fome causa irritabilidade e repercute na questão motora e cognitiva. Os primeiros três anos são quando o cérebro mais precisa de nutrientes para fazer boas conexões.

E pode ter impacto no desempenho escolar?

Crianças que não se alimentam são mais apáticas, não têm força para raciocinar. Na linguagem, o número de palavras que ela acumula é muito menor para a faixa de idade: repercute no raciocínio, no desenvolvimento de habilidades. ● JÚLIA MARQUES

Economia beira limite de capacidade

EDUARDO LAGUNA

Turbinada por estímulos fiscais concedidos pelo governo e pela forte retomada da atividade com o fim das restrições impostas pela covid-19, a economia brasileira, se já não passou, está quase no limite de sua capacidade de produção pela primeira vez em pelo menos sete anos. A ociosidade aberta na recessão doméstica de 2015/2016 e aprofundada na pandemia foi praticamente ocupada com o retorno rápido da atividade. Agora, a discussão entre economistas é se o País já não estaria crescendo mais do que pode, o que significa pressão sobre a inflação e maior dificuldade para o Banco Central administrar a política de juros.

O debate é alimentado pela divulgação de indicadores acima das expectativas, em especial o Produto Interno Bruto do segundo trimestre, com alta de 1,2% quando o consenso do mercado era de 0,9%. Para economistas de bancos como Santander, Bradesco e Fibra, a economia já roda entre 0,6% e 3,2% acima de seu potencial. Nas contas do Santander, a última vez que isso aconteceu foi no primeiro trimestre de 2014.

Já nas estimativas da XP Investimentos, o PIB ainda não alcançou toda a sua capacidade, mas deve superá-la até o fim deste ano. Para o banco Original, a economia está no limite do potencial de crescimento, como não acontecia desde meados de 2015.

As estimativas variam porque não existe uma única metodologia. A precisão dos cálculos também depende de questões como o fôlego de alguns setores (se não estariam passando apenas por uma recuperação cíclica) e a capacidade de contratação das empresas com as flexibilizações permitidas pela reforma trabalhista de cinco anos atrás. "Mas dá para afirmar, com certo conforto, que a ociosidade vem caindo, e é praticamente inexistente nesse momento", afirma Rodolfo Margato, economista da XP.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A força da economia surpreende - CELSO MING

CELSO MING

O crescimento da produção surpreendeu positivamente os analistas e o governo.

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) calculado pelo Banco Central mostrou em julho um avanço de 1,17% sobre o mês anterior (veja o gráfico). A maioria dos analistas anteriormente consultados não esperava mais do que 0,5%. Os mais otimistas, apontavam 1,0%.

O IBC-Br é uma ferramenta estatística que permite o conhecimento antecipado do pulso da economia, com razoável índice de acerto. O levantamento definitivo é o Produto Interno Bruto (**PIB**), que, no entanto, sai apenas trimestralmente e, assim mesmo, com um atraso de quase dois meses. Daí, a vantagem do IBC-Br.

Essa boa surpresa se deve pouco aos efeitos da política econômica propriamente dita.

Dois fatores devem ter pesado mais: o retorno ao trabalho depois da paralisação produzida pela pandemia; e o bom momento das commodities, que garantiu preços altos para as exportações de petróleo, minérios e alimentos.

Os bons resultados já vinham melhorando as projeções dos analistas para este ano. A Pesquisa Focus, do Banco Central, feita entre cerca de 100 consultores do mercado, mostrava em abril um avanço esperado do **PIB** no ano de 0,70%. Na semana passada, passou a ser de 2,39%.

Mas convém carregar com cuidado o santo desse andor porque há à frente certos buracos que tendem a desacelerar o ritmo do avanço do **PIB**.

O primeiro é a recessão que vai pintando no mercado global, em grande parte induzida pelos grandes bancos centrais, que se viram obrigados a puxar pelos juros para combater a **inflação**, em ritmo que não se via há anos. A segunda maior locomotiva do mundo, a China, também atravessa zona de turbulências.

Boa parte de seu sistema produtivo está paralisada ou em câmera lenta pela covid- 19, que continua forte por lá. E o mercado imobiliário enfrenta forte inadimplência

e quebra de construtoras. São percalços que impedirão um crescimento aos padrões anteriores de 7% a 8% ano. Se ficar em torno dos 3%, já será uma vitória.

Outro fator que poderá obrigar a economia brasileira a reduzir de terceira para segunda marcha é o impacto dos juros altos, que só a partir de agora começam a produzir efeito - (os dados do IBC-Br são de julho).

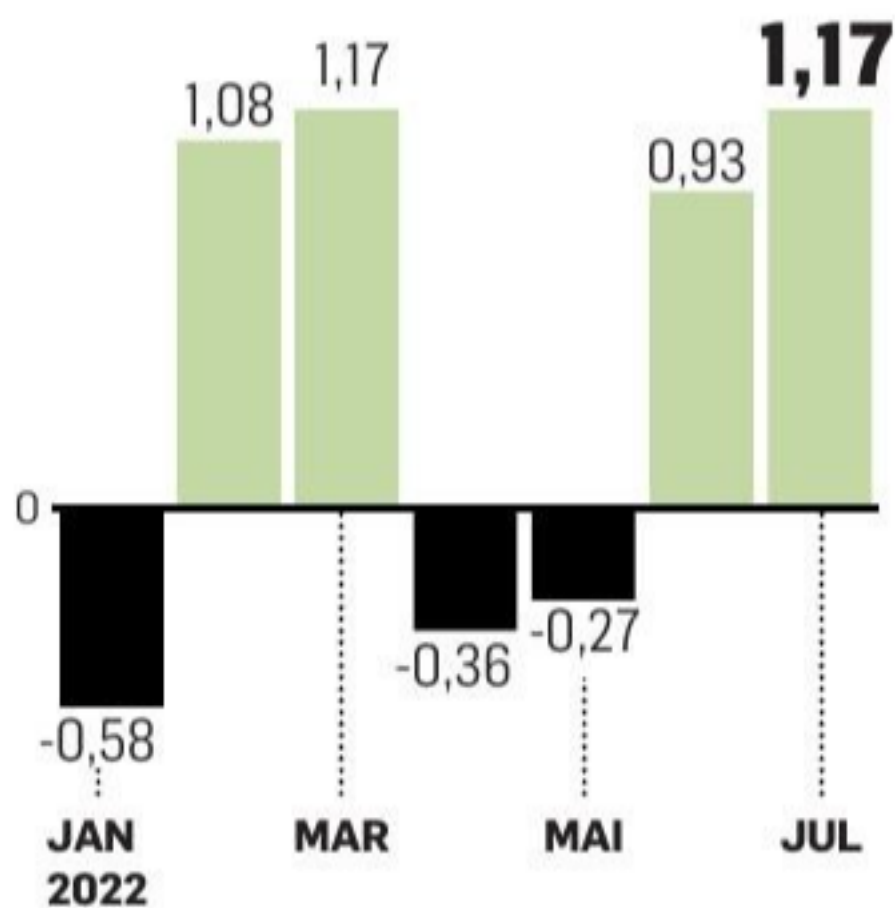
A retração do varejo, a despeito da distribuição do Auxílio Brasil, parece dar conta disso.

No mais, a economia atravessa um cinturão de incertezas: mais estragos sobre o orçamento das famílias produzidos pela **inflação**, deterioração das contas públicas e falta de clareza sobre a política econômica do próximo governo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

MELHOR QUE O ESPERADO

ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO
BANCO CENTRAL (IBC-BR), VARIAÇÃO COM
AJUSTE SAZONAL, EM PORCENTAGEM



FONTE: BC / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Com atividade acelerada, mercado projeta juros altos por mais tempo

EDUARDO LAGUNA

A retomada acelerada da economia, a ponto de atingir seu limite de capacidade, entrou no foco do Banco Central (BC), que voltou a pedir estimativas sobre o chamado hiato do produto (a diferença entre o **PIB** efetivo e o seu potencial) no questionário encaminhado a economistas antes da nova reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) - na próxima semana.

Mesmo após declarações de diretores do BC sinalizando uma "alta residual" da Selic, a existência de indicadores mostrando uma economia mais aquecida do que se imaginava não alterou a avaliação no mercado de que, com a taxa nos atuais 13,75% ao ano, o ciclo de alta dos juros já teria chegado ao fim.

A expectativa é de que o aperto nos juros - cujos efeitos, projeta o mercado, serão finalmente sentidos a partir deste segundo semestre - irá esfriar a atividade.

Caso isso se confirme, a economia voltaria a crescer em 2023 abaixo de seu potencial (algo estimado entre 1,5% e 2%), tirando, assim, a pressão sobre os preços.

Porém, como a atividade não para de surpreender, muitos economistas entendem que a reunião do Copom deve terminar com uma mensagem de "interrupção hawkish" do ciclo. Isto é, o BC não voltaria a subir os juros, mas reforçaria a sinalização de que a taxa seguirá nos patamares atuais por mais tempo, desautorizando o otimismo de quem ainda acredita em queda dos juros no primeiro trimestre do ano que vem.

CENÁRIO.

Cada vez menos economistas enxergam espaço para o BC cortar a Selic antes de junho. Cristiano Oliveira, economista-chefe do Banco Fibra, trabalha com a perspectiva de manutenção dos juros durante todo o ano que vem. A aposta se baseia na pressão exercida pela demanda - muito aquecida como reflexo da expansão dos programas sociais - sobre os preços livres, aqueles que não são controlados pelo governo.

Para o economista-chefe do Citi Brasil, Leonardo Porto, os juros só devem começar a cair no terceiro trimestre de 2023. "O BC deve rever para cima a

projeção de crescimento do **PIB** deste ano, atualmente em 1,7%, sugerindo que suas projeções de **inflação** passam a considerar um hiato do produto mais apertado", diz.

Segundo economistas, o aquecimento da atividade indica uma **inflação** mais persistente no setor de serviços.

Ao mesmo tempo, como a produção doméstica pode ser suficiente para suprir a demanda, as importações tendem a subir. É possível também, segundo parte dos analistas, que o mercado de trabalho fique mais apertado, faltando, inclusive, mão de obra em alguns setores. A consequência seria maior pressão sobre os salários.

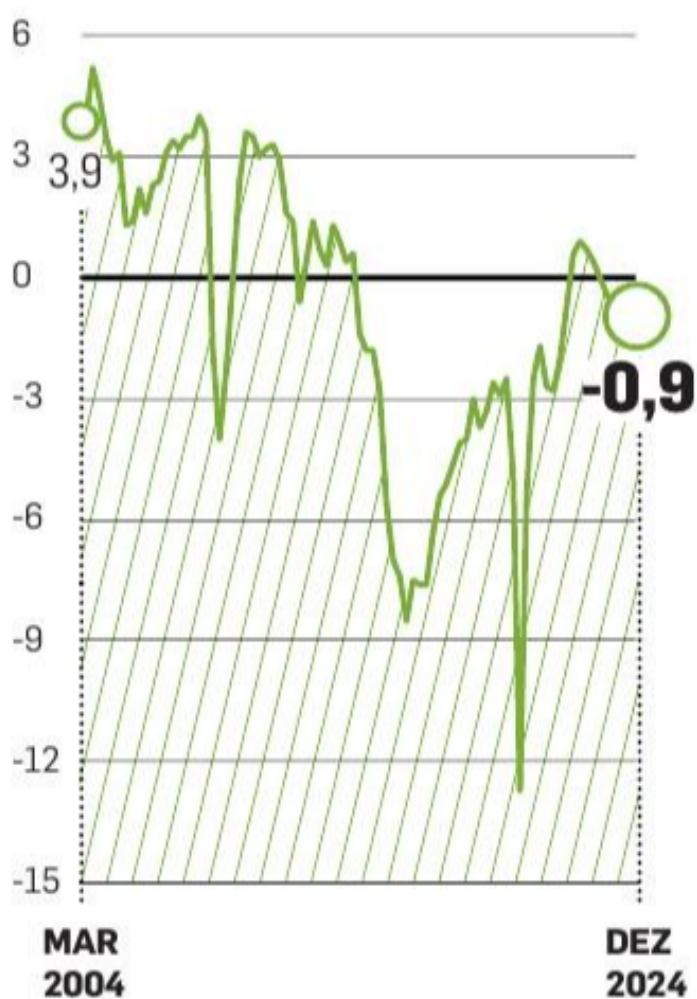
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

DESCOMPASSO

Diferença entre PIB
efetivo e PIB potencial

Hiato do PIB

EM PORCENTAGEM POR TRIMESTRE



FONTE: SANTANDER / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Governo sobe projeção para PIB do ano e baixa estimativa de inflação

EDUARDO RODRIGUES ANTONIO TEMÓTEO BRASÍLIA

O Ministério da Economia voltou a aumentar seu otimismo em relação ao PRODUTO INTERNO BRUTO (**PIB**) e reduziu a estimativa para a **inflação** em 2022.

Para o próximo ano, a pasta manteve as premissas em um nível superior ao do mercado, assim como previu **inflação** mais baixa do que a projetada pelos economistas consultados pelo Banco Central (leia mais na pág. B4).

De acordo com a grade de parâmetros divulgada ontem pela Secretaria de Política Econômica (SPE), a estimativa para a expansão da atividade em 2022 passou de 2% para 2,70%.

De acordo com o Boletim Macrofiscal, o aumento na projeção se deve principalmente ao resultado do segundo trimestre do **PIB**, superior ao estimado, e à tendência positiva dos indicadores já divulgados para o terceiro semestre.

"O crescimento da atividade é reflexo do aumento do emprego, do desempenho do setor de serviços e da elevação da taxa de investimento", afirmou o Ministério da Economia, que manteve as estimativas de crescimento de 2023, 2024, 2025 e 2026: todas em 2,50%.

O chefe da Assessoria Especial de Estudos Econômicos do ministério, Rogério Boueri, afirmou que a estimativa maior para o crescimento em 2022 decorre do comportamento do mercado de trabalho, do setor de serviços e do aumento dos investimentos. Segundo Boueri, a equipe econômica teria subestimado a atividade econômica nos últimos meses, assim como o mercado. "Não é correto afirmar que a Economia tem sido otimista, também subestimamos a atividade", disse. Na mesma linha, o secretário de Política Econômica do ministério, Pedro Calhman, afirmou que o **PIB** tem surpreendido tanto o mercado quanto o governo.

INFLAÇÃO.

Para a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2022, o ministério ainda revisou para baixo sua projeção: de 7,20% para 6,30%.

Para 2023, a projeção seguiu em 4,50%.

Já os analistas de mercado consultados pelo Banco Central, no mais recente relatório Focus, haviam estimado, para o IPCA, alta de 6,40%, em 2022, e de 5,17% em 2023.

Para o **PIB**, os analistas haviam previsto no Focus alta de 2,39%, em 2022, e de apenas 0,50% em 2023. As estimativas de mercado para os anos de 2024 e 2025 estão em 1,80% e 2%, respectivamente.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>